



**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS**

**IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIDADES: FERRAMENTA DE IDENTIFICAÇÃO DE  
AUTORIDADES EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS REGULAMENTARES  
DE CERIMONIAL.**

Autor: CAD PM Heloisa D'Avila Braga Silva  
Orientador: TC QOPM Karla Cristian Rodrigues de Menezes  
Coorientador: Zilta Diaz Penna Marinho

Brasília/DF  
2021



**HELOISA D'AVILA BRAGA SILVA**

**IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIDADES: FERRAMENTA DE IDENTIFICAÇÃO DE  
AUTORIDADES EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS REGULAMENTARES  
DE CERIMONIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Policiais.

Orientador: Karla Cristian Rodrigues de Menezes (Tenente-Coronel PMDF)

Coorientador: Zilta Diaz Penna Marinho (Especialista)

Brasília/DF  
2021

**HELOISA D'AVILA BRAGA SILVA**

**IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIDADES: FERRAMENTA DE IDENTIFICAÇÃO DE  
AUTORIDADES EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS REGULAMENTARES  
DE CERIMONIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Policiais.

BANCA EXAMINADORA

---

Professor Orientador: Karla Cristian Rodrigues de Menezes  
(Tenente-Coronel PMDF)

---

Professor Coorientador: Zilta Diaz Penna Marinho (Especialista)

---

Examinador Externo: Vanessa Valadares Bonfim (1º Tenente PMDF)

## **IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIDADES: FERRAMENTA DE IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIDADES EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS REGULAMENTARES DE CERIMONIAL.**

HELOISA D'AVILA BRAGA SILVA

### **RESUMO**

Trata-se de artigo que aborda a forma de identificação das autoridades em meio militar para a realização de formaturas, cerimônias, solenidades e afins conforme os ritos, tradições e regulamentos, para enaltecer e preservar a história e as tradições militares bem como os seus princípios basilares de hierarquia e disciplina. Tem por objetivo apresentar produto que organize e defina uma logística no que se refere às autoridades de contato, convívio, e internas a corporação Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF. A metodologia utilizada foi no método dedutivo, com abordagem qualitativa, de natureza aplicada, uma vez que foi destinada à corporação PMDF. Os resultados percebidos vieram das lacunas presentes, apesar do Decreto nº 33.575, de 13 de março de 2012 determinar a aplicação do Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, esse não sofreu adaptações por meio de portarias ou mesmo não foi suplementado, tendo em vista que são instituições diferentes com tradições, regulamento, visão, missão, valores. Vislumbrou-se, por fim, a necessidade de criação de um carômetro que trouxesse tanto a imagem das autoridades, bem como a forma de tratamento, deferência determinados via regulamento, como forma de difundir e padronizar tudo o que for realizado a título de cerimônia, reunião, solenidade dentro da instituição PMDF. Além de trazer a economia, e eficiência para o processo, e evitar informações truncadas, desrespeito a regulamentos e enfraquecimento da instituição frente a pares, parceiros, público externo e demais instituições.

**Palavras-chave:** Carômetro. Autoridades. Solenidades. Formaturas.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	6
1 REFERENCIAL TEÓRICO .....	7
1.1 TRADIÇÕES POLICIAIS MILITARES – PMDF.....	7
1.2 HIERARQUIA E DISCIPLINA .....	8
1.3 PROTOCOLO DE EVENTOS – CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (CCS) .....	9
1.4 PREJUÍZOS QUE PODEM SER GERADOS.....	10
1.5 EVOLUÇÃO DOS APLICATIVOS NO SERVIÇO PÚBLICO .....	11
1.6 DIFUSÃO E PADRONIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO .....	12
1.7 MANUAIS E PROTOCOLOS DE OUTROS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES.....	13
1.8 PRECEDÊNCIA.....	15
2 METODOLOGIA.....	16
3 RESULTADOS e DISCUSSÃO.....	17
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	18
ABSTRACT .....	21
REFERÊNCIAS.....	22
APÊNDICE .....	26

## INTRODUÇÃO

Este artigo aborda as maneiras de subsidiar o cerimonial com as informações das autoridades que demandem tratamento específico conforme previsto nos regulamentos utilizados pela Polícia Militar do Distrito Federal. A PMDF é uma instituição ligada à história e cheia de tradições que convive e recebe em suas cerimônias muitas autoridades.

A Polícia Militar do Distrito Federal é uma instituição que valoriza suas tradições, e entende que é por meio das tradições que a corporação se mantém forte. Além disso é uma instituição que está sempre em constante relacionamento com autoridades não só militares, mas também civis ligadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Assim a pesquisa se faz importante para a sociedade, para o respeito, e para a preservação da história do Brasil.

Preservar sua tradição e história traz ainda um fortalecimento da hierarquia e disciplina na instituição militar. Nessa análise se faz demasiadamente necessário identificar as autoridades e não só isso, saber também qual o tratamento que aquela autoridade tem direito. Hoje no Centro de Comunicação Social - CCS o que se tem são informações não padronizadas, e que acontecem de forma pouco antecipada.

A importância da pesquisa foi vislumbrada quando foram observadas as dificuldades dos cadetes na Academia de Polícia Militar – APMB de nas formaturas lidar na recepção das autoridades que eram convidadas às solenidades e lidando com isso diretamente percebeu-se a importância para o profissional que ali atua e também para o fortalecimento das relações da PMDF com as outras forças militares e bem como com as autoridades civis que estão em constante contato com a corporação.

Uma Polícia mais forte nas suas relações políticas é uma Polícia mais forte para proteger a sociedade, é uma Polícia mais respeitada e com isso consegue seguir o seu propósito legal com excelência.

Nesse contexto o presente estudo teve como objetivo investigar como a tropa reconhece as autoridades em eventos e solenidades segundo os policiais do Centro de Comunicação Social da PMDF. Busca-se no presente estudo mostrar a importância dos padrões e da tecnologia dentro do serviço público, com o fito de dinamizar as atividades internas da instituição.

O curso de Cerimonial e Eventos da Escola de Governo do Distrito Federal traz alguns conceitos importantes:

Cerimonial é o conjunto de formalidades que devem ser seguidas em atos públicos e solenes. É a sequência de acontecimentos que resultam em um evento. A palavra vem do latim *cerimoniale* e referia-se a cerimônias religiosas

Protocolo é a regra cerimonial diplomática estabelecida por decreto ou pelos costumes. A palavra vem do grego *protókolon*. Era a primeira folha colada aos rolos de papiro, em que se escrevia um resumo do conteúdo do manuscrito. Era, também, o selo que os romanos punham no papel que registravam atos públicos. Segundo o Manuel Pratique de Protocole, editado na França, em 1860, “codifica as regras que regem o cerimonial e cujo objeto é dar a cada um dos participantes as prerrogativas, privilégios e imunidades a que têm direito”. Alguns autores o definem como a codificação, ampliação e supervisão das regras de cerimonial. O protocolo é considerado a norma, e o cerimonial, a forma.

Etiqueta refere-se a estilos e costumes que fazem parte de atos públicos e solenes. Palavra originária do francês *étiquette*.

Cortesia é a demonstração ou o ato para se demonstrar atenção e respeito pelas pessoas. *f* Tratamento é a forma de se dirigir às pessoas

Precedência determina, por sua vez, a ordem ou a hierarquia de uma pessoa sobre outra e/ou de um estado sobre outro. Do latim *praecedere*, sentar-se na frente, donde deriva, por contaminação semântica, passar na frente, situar-se antes. É o conceito ou ordem pela qual se estabelece a estrutura máxima do Estado, na medida em que determina a ordem hierárquica de disposição das autoridades do Estado, de um organismo ou de um grupo social. (Distrito Federal, p.07, Curso Cerimonial e protocolo de eventos, 2018)

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1 TRADIÇÕES POLICIAIS MILITARES – PMDF

*“Além das aptidões e das qualidades herdadas, é a tradição que faz de nós aquilo que somos.”*  
ALBERT EINSTEIN

*“Um bom militar nunca esquece jamais a vida que passou na caserna. Porém o que o diferencia dos homens comuns são: sabedoria, hierarquia e disciplina.”*  
AUGUSTO AMARAL PEIXOTO JUNIOR

Há 211 anos a PMDF, então chamada de Polícia Militar do Estado da Guanabara, situada no Estado da Guanabara, que hoje é o Estado do Rio de Janeiro. Esse representava o que se tem hoje como Distrito Federal. Todas as instituições policiais do DF vêm desse período.

No ano de 1957 foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 3.327, em que a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília seria dia 21 de abril de 1960.

A construção da capital foi iniciada em 1956, e a Polícia Militar do Distrito Federal fez mudança do Estado do Rio de Janeiro para o Planalto Central em 1966.

Nesse ano o grupo de 150 policiais militares embarcaram para Brasília e passaram a formar a 1ª Companhia Independente de Brasília.

Avançando no tempo, tem-se a Constituição Federal brasileira de 1988, que em seu artigo 144 traz que a PMDF é um órgão de segurança pública, que seus integrantes são denominados militares, conforme artigo 42 e 142, da referida Constituição. Além da hierarquia e disciplina que regem os militares, a corporação tem seus valores pautados na honestidade, ética profissional, no cientificismo e no respeito aos direitos humanos. (DISTRITO FEDERAL, 1984).

Com o fito de manter suas tradições a PMDF realiza rotineiramente formaturas militares de grande vulto, com participação de populares e de autoridades de diversas áreas. Demonstra também sua base nas tradições por meio de eventos públicos civis, apresentando ao público sua marcialidade por meio de ordem unida realizada pela tropa, de suas honras militares, e até mesmo pelo uso de seus fardamentos históricos.

## 1.2 HIERARQUIA E DISCIPLINA

As polícias militares bem como as Forças Armadas e Corpos de Bombeiro Militar são instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 42 e 142.

Art. 42. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.  
(...)

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (grifos nossos).

A hierarquia aqui prevista é entendida como ação progressiva de autoridade, segundo Loureiro (2004), ela é fundamental para pregar responsabilidades, e a disciplina que é a obediência as suas funções serve como garantidora do cumprimento das atividades determinadas.

Martins (1996, p. 89) frisa a diferença desse comprometimento do militar, “se em regra basta ao servidor público civil o rigoroso cumprimento de seus misteres, do servidor público militar espera-se um plus”.

Com isso, o que surge no militar é uma ligação quase que sanguínea ao ideário militar, vislumbrando assim a vocação para a vida castrense. Isso faz inclusive com que se gere um espírito de corpo nos militares, que passam a se reconhecer como irmãos.

Segundo o Comando Geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, ano de 1991, “pela condição de militar, os integrantes de qualquer instituição possuem um espírito gregário mais acentuado e forte, tornando-os solidários e canalizadores do mesmo objetivo”.

A hierarquia e disciplina tem seus conceitos firmados em várias fontes legislativas, como o Estatuto dos Militares (Lei Federal nº6880, de 09 de dezembro de 1980), Regulamento Militar do Exército (Decreto Federal nº90.608, de 4 de dezembro de 1984), Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal (Lei nº7.289, de 18 de dezembro de 1984).

### 1.3 PROTOCOLO DE EVENTOS – CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (CCS)

EVENTO é um instrumento institucional e promocional, utilizado na comunicação dirigida com a finalidade de criar conceito e estabelecer a imagem de organizações, produtos, serviços, ideias e pessoas, por meio de um acontecimento previamente planejado, a ocorrer em um único espaço de tempo. (MEIRELLES, 1999, p. 21).

O Centro de Comunicação Social da PMDF é o responsável pelas cerimônias e formaturas militares de grande monta. Ele é quem realiza a pesquisa pelos protocolos militares utilizados, quais são os adequados a cada autoridade ali presente, os condizentes as solenidades, formaturas, recepções que serão realizadas.

A organização dos eventos apresenta alto grau de dificuldade e necessidade de pessoas dedicadas somente a isso em razão do nível de detalhes presentes, bem como da importância desses eventos para as relações de comunicação da PMDF para com outros órgãos e para com a população.

Hoje a PMDF por força do Decreto nº 33.575, de 13 de março de 2012 aplica o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.

Aplica-se à Polícia Militar do Distrito Federal e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de

Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, aprovado pela Portaria Normativa nº 660/Ministério da Defesa, de 19 de maio de 2009 (Decreto nº 33.575, art. 1º)

Importante aqui trazer a diferença do que se entende por cerimonial e do que se entende por protocolo. O Guia de Eventos, Cerimonial e Protocolo da Rede Federal de Educação Profissional, traz essa diferença.

O Cerimonial é um conjunto de formalidades específicas de um ato/evento público, disposta numa ordem sequencial, que envolve a ordem de precedência (protocolo) a ser observada, a utilização de indumentária própria e de elementos simbólicos, bem como o cumprimento de um ritual. O protocolo é parte importante do cerimonial e constitui-se do conjunto de normas para conduzir atos oficiais sob regras de diplomacia, tais como a ordem geral de precedência. Em alguns eventos, principalmente aqueles nos quais estão presentes várias autoridades municipais, estaduais, com a formação de mesa de honra, o protocolo soluciona as dúvidas de quem deverá ser chamado primeiro, quem deverá ficar ao lado de quem ou quando irá pronunciar-se. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2010, p.16)

Denota-se então que se faz necessário seguir as normas protocolares a fim de assegurar o bom andamento do evento realizado.

#### 1.4 PREJUÍZOS QUE PODEM SER GERADOS

Quem se opõe analisar a evolução das relações públicas brasileiras por décadas verá que a de 1960, além das dificuldades enfrentadas na área, revela uma clara preocupação com o “exercício” da atividade, direcionando o foco para aspectos puramente instrumentais, ou seja, em “o que fazer” e “como fazer”, principalmente nos âmbitos empresariais e governamentais (KUNSCH, 2009, p.26).

As relações humanas, governamentais e institucionais são movidas pelo respeito, deferência, seguindo princípios não só legais, mas pautados em um relacionamento de cordialidades. Muitos negócios são feitos, muitas contratações acontecem, muitas conquistas de categoria têm seu início nos relacionamentos de seus representantes, surgem e são plantados em reuniões, recepções, formaturas. O nível de relacionamento pode aumentar no quesito qualidade, quando aquele que recebe e aquele que é recebido sentem a deferência devida.

Assim as relações públicas têm uma função de gestão primordial, pois estabelece uma comunicação entre órgãos, unidades federativas, corporações. nela há o envolvimento de discussões, solução de problemas, parcerias. É responsabilidade da gestão pública servir o interesse público.

As relações públicas são uma função de gestão distinta que contribui para estabelecer e manter linhas mútuas de comunicação, compreensão, aceitação e cooperação entre uma organização e os seus públicos; envolvem a gestão de problemas ou discussões; contribuem para que a gestão se mantenha informada e sensível à opinião pública; definem e enfatizam a responsabilidade da gestão servir o interesse público; ajudam a gestão a manter-se ao corrente e a utilizar a mudança efetivamente, servindo de sistema de alarme e de antecipação de tendências e utilizam a investigação e a comunicação como suas principais ferramentas de forma ética e sensata (HARLOW, 1976 apud GONÇALVES, 2003, p.19).

Elas têm a função de apoiar a instituição a alcançar objetivos, sua comunicação atende tanto o público externo quanto interno, e trata de assuntos relevantes.

As relações públicas são uma função de gestão que ajuda a alcançar os objetivos organizacionais, a definir a filosofia e a facilitar a mudança organizacional. O profissional de relações públicas comunica com todos os públicos internos e externos relevantes para desenvolver relações positivas e para criar consistência entre os objetivos organizacionais e as expectativas sociais. O profissional de relações públicas desenvolve, executa e avalia os programas organizacionais que promove a troca de influência e a intercompreensão entre as partes constituintes da organização e os públicos (BASKIN, ARONOFF e LETTIMORE, 1997, apud GONÇALVES, 2003, p.21).

Quando ocorre um erro, confusão, equivoco no tratamento de uma autoridade, soa para aquele que não é bem recebido, como falta de respeito, ou desinteresse. Isso gera uma mancha na imagem da corporação, refletindo assim para os que veem como desorganização, falta de profissionalismo.

A deterioração da corporação nesse sentido é irremediável, gera rugas, pois uma confusão com nome de autoridade, currículo, ou o tratamento indevido além do prejuízo de imagem pode ser um descumprimento de regulamentos, legislações.

Nesse sentido, um aplicativo que facilite, padronize e leve a informação não so traz o fortalecimento da instituição e de suas tradições, mas também evita animosidades, erros e enfraquecimento das relações publicas institucionais.

## 1.5 EVOLUÇÃO DOS APLICATIVOS NO SERVIÇO PÚBLICO

O século XX em sua segunda metade trouxe consigo muitas inovações tecnológicas além de mudanças econômicas e também sociais. Essas mudanças provocaram novas demandas as formas de gestão das organizações. Dessa forma, verificou-se pelas organizações público e privadas a necessidade de flexibilização, a fim de se adaptar ao mundo contemporâneo.

Os avanços tecnológicos provocaram na sociedade a melhora da qualidade de vida, otimizando a forma de se acessar a informação, facilitando também a comunicação, além de tornar mais simples as tarefas diárias.

Diante disso, demandas surgiram em relação ao poder público e suas estruturas, tanto interna quanto internamente. No universo PMDF, pode-se verificar a criação do GENESIS, um sistema integrado que possibilita o registro de ocorrências e a busca de informações de pessoas, ocorrências, veículos. Além do Sistema Genesis, há vários outros que cuidam da administração de pessoas, do sistema financeiro, do sistema de material carga, por exemplo.

Devido a PMDF possuir uma estrutura de grande monta que tem várias demandas de toda ordem, muitos outros serviços e atividades ainda não estão abarcados por tecnologia, sendo ainda utilizado a maneira arcaica de apresentar solução ou de desempenhar atividades, além do custo que por muitas vezes é gerado.

As demandas de tecnologia são desafiadoras, mas tem por objetivo transformar as atividades em algo menos burocrático, e mais inovador, aumentando a integração entre os serviços, e necessidades de cada unidade da PMDF distribuída no território do Distrito Federal.

O carômetro digital surge na ideia de economicidade, praticidade, e integração da informação. Padronizando também os comportamentos, que dentro de uma instituição militar são importantes e bastante valorizados.

## 1.6 DIFUSÃO E PADRONIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A corporação PMDF é uma instituição centenária que tem por seus princípios a manutenção das tradições. Uma das formas de fortalecimentos dessa é que as informações que são repassadas sejam as mesmas, para evitar contradições, bem como tratamentos indevidos no que se refere às cerimônias, solenidades, formaturas.

Quanto à informação não tem uma forma padronizada para ser difundida. Ela perde força, e se perde no tempo. Para privilegiar a história e fortalecer a instituição é necessário que seus acontecimentos estejam vivos no tempo, que sejam marcados de forma que sejam eternizados.

A uniformização da informação e por conseguinte dos processos é de fundamental importância, uma vez que facilita a compreensão da cultura, visão, valores da organização por leigos.

A gestão do conhecimento é como uma mistura fluida da experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos de repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p.6).

Gerir conhecimento por meio de um aplicativo é uma forma de difundir a informação de forma segura, evitando equívocos, e informações truncadas, além do estabelecimento de rotinas que trazem para a imagem da corporação percepções positivas tanto do público externo quanto do público interno.

## 1.7 MANUAIS E PROTOCOLOS DE OUTROS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES

Os manuais e protocolos estão ligados, ou pode-se dizer, tem seu nascedouro advindo dos manuais de etiqueta. A partir deles que pode ser observada de forma latente a necessidade de regramentos de convivência. A etiqueta é nada mais do que normas e regras que trazem os comportamentos aceitos socialmente, tratando de formalidades em cerimoniais e também no convívio comum, “protocolo, cerimonial e etiqueta são o cerne de qualquer evento público ou empresarial, dando-lhes forma e conteúdo”. (MEIRELES, 2002, p. 23).

Essa prática tem sua origem no século XVI, na Europa, principalmente França, Alemanha, Itália e Inglaterra. Sua história está ligada ao processo civilizatório, onde se buscava afastar o comportamento de barbárie. Nesse sentido, a etiqueta até hoje é vista como sinal de boa educação e traz consigo uma carga de status social. Dito isso, as forças militares, os entes públicos, e privados também possuem regras de conduta documentadas em manuais, principalmente quando o tratamento é dado a pessoas de notoriedade como as autoridades militares e civis que representam órgão, países, grupos, etc.

O tratamento de autoridades e o cumprimento de protocolos é tão importante dentro das instituições públicas, que muitos deles tem seus próprios manuais, ritos e protocolos. Vários deles, inclusive, estão previstos em lei, assim como o decreto que determina a utilização do Manual das Forças Armadas pela PMDF.

No Brasil está em vigor o Decreto no 70.274, de 9 de março de 1972 que aprova as normas de cerimonial público e a ordem de precedência que devem ser observadas nas solenidades oficiais, tanto no DF, quanto nos demais Estados e Municípios, e sua

importância é destacada ainda pela exigência de seguimento inclusive nas missões diplomáticas do Brasil.

Art. 1º São aprovadas as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência, anexas ao presente Decreto, que se deverão observar nas solenidades oficiais realizadas na Capital da República, nos Estados, nos Territórios Federais e nas Missões diplomáticas do Brasil. Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972.

O Senado Federal possui um manual de comunicação Social, que estabelece a política de comunicação social do Senado Federal com o objetivo de divulgar as atividades do Senado e dos Senadores conforme atribuições constitucionais visando a transparência e também a interação com a sociedade. Nele está previsto as formas de relacionamento com a imprensa, previsto o uso das mídias sociais, credenciamento jornalístico e vários outros assuntos que por fim desaguam na informação e imagem institucional.

“Este manual aborda a comunicação legislativa tal como é desempenhada pelas áreas da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom). Por representar um ramo da comunicação em constante evolução e aprimoramento, a divulgação das atividades das Casas parlamentares, em quaisquer esferas, seja municipal, estadual ou federal, não ocorre de forma homogênea, embora haja convergência de rotinas e ferramentas adotadas. Por isso, a Secom considera a comunicação legislativa um conceito em construção, que deve merecer reflexão constante calcada na avaliação recorrente de seus objetivos, na prática diária e nos resultados obtidos.” SENADO FEDERAL, p. 16, 2012.

Nas Forças Armadas verifica-se que o Exército Brasileiro se utiliza de muitos manuais para cerimônias, tais como Manual de Escolta de Honra e Salvas de Gala, Guarda Bandeira, Guarda de Honra, Honras de Recepção e Despedida, Honras Fúnebres, Passagem de Comando, Prática de Cerimonial e Protocolo Valores, Deveres e Éticas Militares, esses são exemplos do que se tem no regulamento transformado em manuais com o intuito de guiar e padronizar o que esta prevista a fim de evitar confusões e má execução do que está previsto.

Art. 100 Têm direito a honras militares: I - o Presidente da República; II - o Vice-Presidente da República; III - o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, quando incorporados; IV - os Ministros de Estado; V - o Superior Tribunal Militar, quando incorporado; VI - os Militares das Forças Armadas; VII - os Governadores de Estados, Territórios Federais e Distrito Federal; e VIII - os Chefes de Missão Diplomática. Parágrafo único. Excepcionalmente, o Presidente da República ou os Ministros Militares podem determinar que sejam prestadas Honras Militares a outras autoridades

não especificadas neste artigo. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, 1997.

A Escola do Governo do Distrito Federal – EGOV possui um curso de cerimonial e protocolo de eventos, frente a importância do assunto. Na própria apostila tem os dizeres: “Espera-se que este instrumento ajude os organizadores de eventos a responder seus questionamentos quanto a cerimonial bem como que contribua para que executem as solenidades com excelência.”.

## 1.8 PRECEDÊNCIA

A precedência é o início, a base do Cerimonial, esse conceito de ordem que determina a estrutura da instituição, Estado, organiza um grupo social, e assim resulta na definição de um tratamento ideal, correto para cada pessoa, e por conseguinte define lugares.

Precedência vem do latim *praecedentia*, que tem prioridade, que vem antes. Conforme Nelson Speers (), “A precedência é reconhecer a primazia de uma hierarquia sobre a outra, e tem sido, desde os tempos mais antigos, e em todas as partes, motivo de normas escritas, cuja falta de acatamento provoca desgraças”.

A ordem de precedência no Brasil está regulamentada pelo Decreto 70.274, 09 de março de 1972. Este já possui adaptações, tendo em vista a necessidade de adaptar situações individuais devido a poder ou estima. Necessário consignar que a precedência deve ser flexibilizada de acordo com a realidade da instituição ou lugar, mas sua essência deve ser sempre mantida.

Art. 1º O Presidente da República presidirá sempre a cerimônia a que comparecer. (Dec.70274)

Art. 6º Nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, o Governador presidirá às solenidades a que comparecer, salvo as dos Poderes Legislativo e Judiciário e as de caráter exclusivamente militar, nas quais será observado o respectivo cerimonial.

Parágrafo único. Quando para as cerimônias militares for convidado o Governador, ser-lhe-á dado o lugar de honra. (Dec. 70.274).

Importante destacar que alguns fatores sempre precisam ser observados ao se estabelecer uma ordem de precedência, como: hierarquia, antiguidade de diplomação, cargo; idade e até mesmo o bom senso, a fim de não gerar animosidades, desconforto.

## 2 METODOLOGIA

... o espírito científico é essencialmente uma retificação do saber, um alargamento dos quadros do conhecimento. Julga seu passado histórico, condenando-o. Sua estrutura é a consciência de suas faltas históricas. Cientificamente, pensa-se o verdadeiro como retificação histórica de um longo erro, pensa-se a experiência como a retificação da ilusão comum e primeira. Toda a vida intelectual da ciência move-se dialeticamente sobre este diferencial do conhecimento, na fronteira do desconhecido. A própria essência da reflexão, é compreender que não se compreendera (BACHELARD, 1968, p. 147-148).

Metodologia é a forma de estudar, avaliar vários métodos disponíveis para uma pesquisa. De forma aplicada, ela possibilita a coleta de dados e informações por meio de procedimentos. Dessa forma ela é a aplicação de técnicas que ao serem observadas constroem um conhecimento. A metodologia é o que faz o conhecimento ser científico, Lakatos e Marconi (2007, p. 77) afirmar que o conhecimento popular se caracteriza como: superficial, isto é, conforma-se com a aparência, com aquilo que se pode comprovar simplesmente estando junto das coisas: expressa-se por frases como “porque o vi”, “porque o senti”, “porque o disseram”, “porque todo mundo diz”.

O trabalho científico teve como objeto uma busca por informações sobre a forma de organização das informações sobre as autoridades relevantes a PMDF. Essas informações foram buscadas naqueles que trabalharam de alguma forma junto as cerimônias ocorridas na Academia da Polícia Militar de Brasília - APMB.

A pesquisa qualitativa, segundo Denzin e Lincoln (2006) tem uma abordagem interpretativa, os pesquisadores estudam cenários naturais, buscando entendimento por meio dos significados dados pelas pessoas. Creswell (2007), salienta que na perspectiva qualitativa o ambiente natural é a fonte direta do pesquisador, é seu principal instrumento, e seus dados são em linhas gerais descritivos.

O método dedutivo foi apresentado por René Descartes (1596 – 1650) a partir da matemática e de suas regras de análise, síntese. É um método que parte do geral, e segue em direção ao particular. Com base em leis, princípios e teorias considerados verdadeiros conclui a ocorrências de casos específicos, particulares baseados na lógica. “Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.” (GIL, 2008, p. 9).

Quanto aos objetivos a pesquisa é classificada como descritiva. Por meio de coleta de informações e embasamento pelo referencial teórico o que possibilitou a

identificação da melhor maneira de se obter os dados sobre as autoridades. Os resultados foram apresentados de forma qualitativa em que os dados são elencados por características de cada pessoa pesquisada.

Utilizou -se como método de pesquisa a entrevista que partiu de discussões a respeito das dificuldades encontradas pelo Curso de Formação de Oficiais - CFO para a realização das formaturas com a presença de autoridades. Trivinos (1990) reforça dizendo que a entrevista parte de questionamentos básicos apoiados em hipóteses de interesse da pesquisa, e que oferecem um campo de interrogativas que surgem a partir daquele que é entrevistado. Nas entrevistas usou-se apenas um guia com perguntas bases a fim de saber como funcionava o processo de organização das formaturas. Sendo dada a oportunidade dos entrevistados de falar das suas experiências e percepções abertamente.

A pesquisa tem por natureza ser aplicada, uma vez que seu objetivo foi gerar conhecimento para a instituição, um conhecimento de aplicação prática, dirigida a problemas específicos da PMDF no que se refere a cerimonial.

### **3 RESULTADOS e DISCUSSÃO**

O que se vislumbra da pesquisa é que a PMDF não possui protocolos básicos de informações sobre as autoridades da corporação, bem como de autoridades externas à corporação, restando ao corpo responsável pela cerimonia a busca de forma emergencial por informações, por meio dos pares das autoridades ou por meio de sites da internet.

Fora citado em entrevista com uma pessoa envolvida em cerimonial de formatura da “Cerimonia de Troca de Uniforme da 24 Turma” que ninguém sabia informar sobre qual o cargo algumas autoridades estavam ocupando, uma vez que fora próximo a data de promoções e vários oficiais tinham sido alocados de função.

Cita-se ainda exemplo de cerimônia de troca de comando ocorrida, em que os novos e antigos comandantes de unidade ao assumirem suas respectivas funções não possuíam um currículo padrão para leitura pelo mestre de cerimônia. A ausência de padrão reflete desordem, algo que vai de encontro com os preceitos militares.

Observadas as experiências e relatos principalmente de cadetes imbuídos na missão de cerimonial das formaturas ocorridas na Academia de Polícia Militar de Brasília verificou-se a deficiência de instruções, protocolos e afins para o deslinde das

solenidades em geral. A ausência de planejamento e a necessidade de improviso, não só por se lidar com pessoas, mas também por não se ter manual, guia ou até mesmo direcionamento.

No que se refere às autoridades, por muitos cargos, postos, serem de natureza advinda de nomeação, sua mudança ocorre sem um efetivo controle, cita-se o exemplo das datas de promoção, em que um Tenente Coronel promovido a Coronel, passa de um dia pro outro a ser Comandante de um Comando Regional de Policiamento. Só que esse fato não ocorre somente com um militar, mas com vários outros, e sem a devida informação ou o devido acompanhamento das publicações a forma de tratamento daquela autoridade não pode ser identificada.

Dessa forma, com um aplicativo atualizado pelo CCS, esse transtorno para aqueles que trabalham no cerimonial diretamente com as autoridades pode ser evitado, sem se falar na necessidade de seguir os protocolos previstos em lei, regulamentos e portarias.

Outro ponto importante de abordagem é a presença de tecnologia dentro dos processos públicos. A tecnologia traz economia, segurança, troca rápida de informação. As informações aplicadas em meio tecnológico têm resposta rápida do usuário, e pode ser inclusive questionada e corrida de forma ágil, evitando erros, uma vez que o usuário final também pode perceber incorreções e sugerir inovações e novas funcionalidades, uma vez que o público consumidores da tecnologia tem maior capacidade de percepção das necessidades no momento do uso e ocorrência das solenidades que demandem o uso das informações disponíveis no aplicativo.

Em discussão com os entrevistados, a ideia de um aplicativo com a imagem, breve histórico/currículo da autoridade, relatórios de formatura, precedência funcional, notificação de chegada de autoridade pelo aplicativo/programa foram vistos de forma positiva, uma vez que otimizariam a comunicação do cerimonial com a guarda do quartel, com os responsáveis pela segurança, e mais ainda, com os envolvidos no processo da solenidade, desde a realização do convite, até mesmo o momento final das formalidades que estiverem ocorrendo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar da PM não possuir protocolos próprios, ela já segue protocolos conforme o manual das Forças Armadas, de acordo com o Decreto nº 33575 de 13 de

março de 2012. As autoridades recebem o tratamento direcionado dentro do previsto no Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, e nele consta como cada autoridade civil ou militar deve ser recebida bem como, a forma de ordem de precedência de cada uma delas e as deferências devidas.

Com essa informação infere-se que não existe um banco de dados ou controle, tampouco um carômetro de identificação destes. Que apesar da PMDF se utilizar do Regulamento de Continências do Exército Brasileiro, ela não possui protocolos próprios ou mesmo materiais de atualização e pesquisa imediata para uma cerimônia, tudo acaba acontecendo de forma improvisada.

As entrevistas confirmaram a ausência de um formato prático de identificação das autoridades, bem como não há direcionamento quanto a currículo, e até mesmo a respeito dos procedimentos devidos, previstos em regulamento.

Há a ausência de mecanismos de padronização, de identificação, e mudanças recorrentes de comandos, chefias, podem passar despercebidos. Muitos são desconhecidos pelos responsáveis do cerimonial, não sendo identificados e por conseguinte fica estabelecida uma lacuna entre o tratamento que deveria ser dado aquela autoridade e sua presença na cerimônia, gerando por vezes um desconforto, além de uma mancha na imagem da corporação.

A nível intuitivo, as formaturas são realizadas pelos procedimentos que outras unidades faziam, e um repassava ao outro. No que se refere as autoridades, o comandante da unidade, geralmente colega de turma de formação, ou por ter trabalhado com conjunto em algum momento confirma a presença, ou ainda reconhece por já conhecer e repassa ao cerimonial.

Na guarda, quando há solenidades, um responsável fica com o rádio, e espera identificar a autoridade ou por já a conhecer, ou pela farda, estrelas no ombro, bordado no gorro, que são identificações dos oficiais. Ou ainda, contam com a boa vontade do oficial que entra e se identifica como Comandante de alguma unidade, ou detentor de algum cargo político, enfim, tudo muito improvisado e sem demonstrar um efetivo profissionalismo.

Diante de tantas dificuldades no decorrer de uma formatura percebeu-se a necessidade de uma ferramenta que simplifique o processo e apoie os envolvidos no cerimonial, uma vez que são a linha de frente no trato das autoridades presentes no palanque.

Trata-se de uma ferramenta para identificar as autoridades, em que se tem foto, nome, um breve currículo, e a opção de verificar quais as honras devidas, além de relatórios de formatura, confirmação da presença da autoridade, ordem de precedência de cada autoridade frente ao cargo ocupado, tanto civis quanto militares.

O que se pretende, é dar mais segurança ao processo, evitar erros, animosidades e esquecimentos, uma vez que esse tratamento vai além dos regulamentos e portarias, mas também do convívio social e da deferência por aquele que representa uma força, um país, uma categoria.

## **AUTHORITY IDENTIFICATION: AUTHORITY IDENTIFICATION TOOL IN COMPLIANCE WITH REGULAR CEREMONIAL STANDARDS.**

HELOISA D'AVILA BRAGA SILVA

### **ABSTRACT**

This is an article that addresses how to identify authorities in the military to conduct graduations, ceremonies, ceremonies and the like in accordance with rites, traditions and regulations, to enhance and preserve military history and traditions as well as their principles fundamentals of hierarchy and discipline. Its objective is to present a product that organizes and defines logistics in terms of contact, socializing, and internal authorities at the Military Police Corporation of the Federal District - PMDF. The methodology used was the deductive method, with a qualitative approach, of an applied nature, since it was intended for the PMDF corporation. The perceived results came from the present gaps, although Decree nº 33.575, of March 13, 2012, determines the application of the Continences, Honors, Signs of Respect and Military Ceremonies Regulation of the Armed Forces. it was not supplemented, considering that they are different institutions with traditions, regulation, vision, mission, values. Finally, there was a need to create a carometer that brought both the image of the authorities, as well as the form of treatment, deference determined by regulation, as a way to disseminate and standardize everything that is done as a ceremony, meeting, solemnity within the PMDF institution. In addition to bringing savings, and efficiency to the process, and avoiding garbled information, disregarding regulations and weakening the institution in the face of peers, partners, external audiences and other institutions.

**Keywords:** Carometer, Authorities, Solemnities, Graduations.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Bruno Marques; SILVA, Fernanda Cláudia Araújo da; SOUSA, Thanderson Pereira de. **A era eletrônica da administração pública federal: desafios e evolução no cenário brasileiro**. Revista Vianna Sapiens, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p. 340-358, jul.-dez. 2017. Disponível em: Disponível em: <http://viannasapiens.com.br/revista/article/view/245/227> . acesso em 02/02/2021

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1968.

BENTO, Cláudio Moreira, **Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares: encontro dos comandantes gerais**. Porto Alegre: Ed. Brigada Militar, 1991.

BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

BICALHO, Maria Fernanda. **O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa**.

Disponível em:

<http://www.ifch.unicamp.br/http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/71-um-rio-de-muitos-janeiros/3352-a-transferencia-da-capital-federal-para-brasil#:~:text=Rio%20de%20Janeiro%20%2D%20Hist%C3%B3ria%20da,transfer%C3%A2ncia%20da%20capital%20para%20Bras%C3%ADlia&text=Em%201%C2%B0%20de%20outubro,Rio%20de%20Janeiro%20para%20Bras%C3%ADlia>, acesso em 19 de janeiro de 2021.

BRASIL (1998). **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 07 de fev de 2020.

BRASIL (2002). **Decreto 4.346, de 26 de agosto**. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República.

BRASIL, Exército brasileiro. **Portaria nº 115 – EME, de 21 de novembro de 1996**. Aprova o Manual de Campanha C 22-6- Inspeções, Revistas e Desfiles. Brasília, 1996. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/106>. Acesso em: 22 de jan de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 22 de jan de 2020.

BRASIL. **Decreto 33.575, de 13 de março de 2012**. Manda aplicar o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, à Polícia Militar do Distrito Federal e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências.

BRASIL. **Manual de Comunicação da Secom.**

<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/sobre-o-manual>, acesso em 02/02/2021.

BRASIL, Decreto no 3.780/2001. **Acresce parágrafo ao art. 88 das Normas do Cerimonial Público, aprovadas pelo Decreto no 70.274**, de 9 de março de 1972, e revoga o Decreto no 3.765, de 6 de março de 2001. Disponível em: . Acesso em 04/02/2021.

BRASIL, Decreto no 70.274, de 9 de março de 1972 e suas alterações. **Normas do cerimonial público da República Federativa do Brasil e ordem geral de precedência.** Disponível em: Acesso em 04/02/2021.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COBRA, Rubem. **A-B-C da etiqueta e comportamento social.** Apostila. Brasília, 2007.

CRESWEL, J.W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto.** 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a pratica da pesquisa qualitativa.** In: DENZIN, N. K e LINCOLN, Y.S. (Orgs.). O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. Ed. Porta Alegre: Artmed, 2006.

DISTRITO FEDERAL, Escola de Governo do Distrito Federal, **Curso Cerimonial e protocolo de eventos.** <http://egov.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Apostila-2.pdf> acesso em 04/02/2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 32.783, de 01 de março de 2011.** Institui a Ordem do Mérito Alferes Joaquim José da Silva Xavier. Brasília, 2019. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/67452/Decreto\\_32783\\_01\\_03\\_2011.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/67452/Decreto_32783_01_03_2011.html). Acesso em: 21 jan de 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, Joseane Ferrara Marcolino. **O relacionamento governo-cidadãoe a qualidade do serviço publico dentro do pressuposto das novas tecnologias de informação e comunicação: Estudo aplicado ao governo do Estado de Minas Gerais.**

<http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2220/1/O%20relacionamento%20Governo-cidad%c3%a3o%20e%20a%20qualidade%20do%20servi%c3%a7o%20p%c3%bablico%20dentro%20do%20pressuposto%20das%20novas%20tecnologias%20de%20informa%c3%a7%c3%a3o%20e%20comunica%c3%a7%c3%a3o.pdf>, acesso em 02/02/2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.  
GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.); UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/UFRGS; CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA – PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA SEAD/UFRGS (coord.). **Métodos de pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Gisela. **Ética das Relações Públicas**, Coimbra: Minerva Coimbra, 2013. GONÇALVES, Gisela. **Introdução à Teoria das Relações Públicas**, Portugal: Porto, 2010.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (Org.) **Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LINS, A. E. **Etiqueta, protocolo e cerimonial**. Brasília: Linha Gráfica, 1991.

LOUREIRO, Ythalo Frota. **Princípios da hierarquia e disciplina aplicados às instituições militares, uma abordagem hermenêutica**. Publicado em 10/2004. <https://jus.com.br/artigos/5867/principios-da-hierarquia-e-da-disciplina-aplicados-as-instituicoes-militares>, acesso em 06 de fev 2020

MARTINS, Eliezer Pereira. **Direito Administrativo Disciplinar Militar e sua processualidade**. São Paulo: Editora de Direito Ltda, 1996.

MARZO, Alessandro Rezende da Silva. **O gesto inscrito em nossas tradições: o cotidiano policial militar da PMDF - Análise na determinação do suspeito pelo GTOP (2001-2011)**. Brasília, DF, 2016.

MEIRELLES, Gilda Fleury. **Eventos protocolo e cerimonial**. Apostila. São Paulo, 1999.

MEIRELLES, Gilda Fleury. **Protocolo e cerimonial: normas, ritos e pompas**. 2. ed. São Paulo: STS, 2002.

MEIRELLES, Gilda Fleury. **Tudo sobre eventos**. São Paulo: STS, 1999.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - **Guia de Eventos, Cerimonial e Protocolo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica** -

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7348-guiaeventos-cerimonial-redefera&category\\_slug=janeiro-2011-pdf&Itemid=30192#:~:text=O%20Cerimonial%20%C3%A9%20um%20conjunto,o%20cumprimento%20de%20um%20ritual.](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7348-guiaeventos-cerimonial-redefera&category_slug=janeiro-2011-pdf&Itemid=30192#:~:text=O%20Cerimonial%20%C3%A9%20um%20conjunto,o%20cumprimento%20de%20um%20ritual.) acesso em 19 de janeiro de 2021.

PEDROZA, Deivison. **Quais as vantagens em se padronizar os Processos da organização?** <https://www.verdeghaia.com.br/por-que-padronizar-o-seu-sistema-de-gestao/>, acesso em 02/02/2021.

RIBEIRO, Clarice Pereira de Paiva; PEREIRA, Alana Deusilan Sester ; SILVA, Edson Arlindo da; FARONI, Walmer. **Difusão da informação na administração pública.** [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862011000200006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862011000200006), acesso em 02/02/2020.

RIBEIRO, Célia. **Etiqueta na prática: um guia moderno para as boas maneiras.** Porto Alegre: L&PM, 2001.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. **"Etiqueta"; *Brasil Escola*.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/etiqueta.htm>. Acesso em 03 de fevereiro de 2021.

SILVA, Helena Pereira da; LIMA, Jussara Borges de. **Governo Eletrônico e Informação utilitária: uma relação necessária para uma efetiva inclusão digital.**

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para iniciação científica á pratica da pesquisa e da extensão II.** Caderno Pedagógico. Florianópolis: UDESC, 2002.

SOARES, Eduardo, **Polícia Militar completa 210 anos com olhos voltados para o futuro**, disponível em [www.pmdf.gov.br](http://www.pmdf.gov.br), acesso em 06 de fev de 2020.

SPEERS, Nelson. **Cerimonial para Relações Públicas.** São Paulo: Hexágono Cultural, 1984.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva, **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, 1990.

## APÊNDICE

### 1. DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Trata-se de um carômetro digital, que ao pesquisar o nome da autoridade já se obtenha os dados dessa autoridade bem como o protocolo de cerimonial adequado àquela.

A pesquisa que estrutura o protocolo teve por objetivo também verificar a metodologia de aquisição de informações sobre as autoridades, os contatos, ligações com outras forças, órgãos para se adquirir essas informações sobre a autoridade e suas fotos atualizadas, bem como tudo o que é necessário para recepcioná-lo de forma adequada, conforme previsto nos protocolos militares.

O produto, aplicativo a ser desenvolvido, caso a corporação entenda ser viável, é um aplicativo de identificação de autoridades, conhecido como carômetro, o qual tem por objetivo facilitar a organização das cerimônias e solenidades, tornando mais prático e rápido o acesso as informações necessárias no que se refere as autoridades e seus protocolos regulamentares.

A proposta é que seja usado sempre que houver uma necessidade de recepção de uma autoridade junto a um estabelecimento da PMDF, ou mesmo nas formaturas e solenidades militares, não obstante as visitas que porventura podem ocorrer, de chefes de Estado, Secretários de Estado, Comandantes Gerais de outras forças.

### 2. NOME DO PRODUTO: Faces e Protocolos PMDF

3. OBJETIVO DO PRODUTO: otimizar o tempo da equipe responsável pela recepção ou cerimonia, compilando via relatório todas as informações necessárias, principalmente no que se refere as autoridades que estarão participando.

4. FINALIDADE (DO PRODUTO): A finalidade é apoiar os policiais militares em geral, tendo em vista que não há quadro específico na corporação responsável por formaturas, cada unidade da corporação designa um responsável da forma que seu comandante determinar, não existindo necessariamente treinamento prévio para tanto.

5. PÚBLICO A QUE SE DESTINA: O usuário final é o policial militar e diante das informações prestadas pelo aplicativo, esse uso será restrito a corporação, devendo ser precedido de cadastro e senha.
6. FUNCIONALIDADES: Funcionalidades – carômetro; normas e protocolos; relatório por autoridade; relatório por precedência funcional; formatura em andamento, relatório de cerimônia. O carômetro terá a foto das autoridades, sendo dividido em autoridades de Estado, autoridades da PMDF, autoridades de outras forças. Vinculado a foto terá o nome, um breve currículo e o cargo que se encontra. Normas e protocolos, serão as legislações vigentes pertinentes ao cerimonial, contendo as portarias PMDF afetas ao assunto, bem como os vade-mécums do Exército Brasileiro, os manuais da Presidência e do Senado Federal.

## 7. RELATÓRIOS

- a- **A - Relatórios por autoridades/precedência funcional, esse trará a ordem de** anuncio bem como ordem no dispositivo de formatura, informando ainda quais devem ser anunciadas, com pormenores constando nível hierárquico.
- b- **Relatório de cerimônia**, constará a partir da solenidade a ser realizada quais autoridades devam ser convidadas, bem como os protocolos utilizados para o caminhar da formatura, recepção.
- c- **Relatório formatura em andamento**: autoridades confirmadas e na guarda conseguir se fazer a checagem online, sendo transmitido diretamente ao mestre de cerimônias as autoridades que já chegaram e que dessa forma devam ter suas presenças anunciadas.
- d- **Registro de autoridades**: ao chegar a autoridade na guarda do quartel será feito o registro via aplicativo enviando uma notificação da chegada para o mestre de cerimônias, dispensando assim a comunicação via rádio e evitando os erros de nome, patente, cargo, função, origem e demais detalhes que possam provocar constrangimentos.

8. **CONTROLE DE ACESSO E RESPONSABILIDADES:** O controle de acesso será administrado pelo Centro de Inteligência em parceria com o Centro de Comunicação Social, a fim de que os dados tenham a proteção adequada e que não seja utilizada para fins escusos.
9. **ACESSO PLENO:** Centro de Comunicação Social responsável por manter atualizado o banco de dados; os protocolos em vigor; Centro de Inteligência (CI).
10. **COMANDO GERAL E O ESTADO MAIOR** terá acesso a todas as informações a respeito das autoridades dispostas, contudo somente o CCS e o CI terão capacidade de modificações dentro do sistema.
11. **INTERFACE:** A interface será amigável, com as cores da corporação e seguindo o padrão de identidade visual determinado pela PMDF.